



PREGÃO PRESENCIAL N. 03/2022
PROCESSO TC-CP/0955/2021
PROCESSO TC-ARP/0292/2022
CONTRATO Nº 006/2022

CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE INTELIGÊNCIA ANALÍTICA SAS, PARA A DETECÇÃO DE RISCOS DE FRAUDES OU ERROS, EM PROCESSOS PÚBLICOS, SUSTENTADOS POR SOLUÇÃO TECNOLÓGICA, TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, CAPACITAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO, QUE FIRMAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL E A EMPRESA **TECH SOLUTIONS SOLUÇÕES EM GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob o número 15.424.948/0001-41, com sede na Rua Des. José Nunes da Cunha Bloco 29 - Parque dos Poderes – CEP 79.031-902, Campo Grande/MS, representado pelo seu Presidente Conselheiro **Iran Coelho das Neves**.

CONTRATADA: TECH SOLUTIONS SOLUÇÕES EM GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado registrada sob o CNPJ: 10.517.288/0001-20, SRTV Sul – Quadra 701 – Bloco O – Ed. Multiempresarial, sala 805 Asa Sul, Brasília – DF CEP: 70.340-000, neste ato representada por meio de seu representante legal, Sr. **Valdomiro Dalberto Junior**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 10.133.266 – X SSP/SP, CPF nº 060.203.008-03, endereço do domicílio à Rua Martins Pena nº 295 apt. 54 Taubaté-SP, CEP: 03.066-000.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente contrato para a contratação de pessoa jurídica para Fornecimento de Solução de inteligência analítica SAS, para detecção de risco de fraude ou erros, em processos públicos, sustentados por solução tecnológica, transferência de conhecimento, serviços especializados, capacitação e suporte técnico ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS, conforme quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I do edital, decorrente do procedimento licitatório de Pregão Presencial de nº 01/2020.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E VALOR:

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de pessoa jurídica para Fornecimento de Solução de inteligência analítica SAS, para detecção de

risco de fraude ou erros, em processos públicos, sustentados por solução tecnológica, transferência de conhecimento, serviços especializados, capacitação e suporte técnico ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS.

		ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM		MÉTRICA	UNIDADE		
							VALOR UNITÁRIO	TOTAL
1	Serviço técnico especializado em prevenir e detectar irregularidades - fraude, abusos e desperdícios e conformidade de prestação de contas - com a utilização de ciência de dados: modelagem estatística preditiva, técnicas de machine learning, mineração de texto, análise de sentimento e inteligência artificial.			UST	UNIDADE	74143 UST	R\$ 57,00	R\$4.226.151,00
2	Serviço técnico especializado para organização, preparação e tratamento de dados estruturados e/ou não estruturados, desenvolvimento de algoritmos para o combate à fraude.			UST	UNIDADE	6.447 UST	R\$ 57,00	R\$ 367.479,00
3	Gestão e Suporte à solução de combate à Fraude			UST	UNIDADE	3.351 UST	R\$ 57,00	R\$ 191.007,00
4	Serviços de instalação e avaliação de ambiente tecnológico. Atendimento Remoto pelo Fabricante.			UST	UNIDADE	8.661 UST	R\$ 57,00	R\$ 493.677,00
5	Serviços de capacitação: repasse tecnológico na solução, transferência de conhecimento em ciência de dados aplicado a fraude, e disseminação de resultados e sua aplicabilidade nas áreas usuárias. Treinamento Oficial SAS.			UST	UNIDADE	5.955 UST	R\$ 57,00	R\$ 339.435,00
6	Serviço de suporte técnico com garantia de atualização de versão por 12 meses.			CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO	ITEM	16 CORES (NÚCLEOS)	R\$ 1.072.151,00	R\$ 1.072.151,00
								TOTAL R\$ 6.689.900,00

1.2 - O valor global deste contrato é de R\$ 6.689.900,00 (Seis milhões seiscentos e oitenta e nove mil e novecentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária	3101
Funcional Programática	10.03101.01.032.0002.2011.0001
Fonte de recursos	100
Natureza da Despesa	3.3.90.40.57
Descrição da Despesa	Serviços de Processamento de Dados

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



3.1 Todas as soluções e serviços descritos neste termo deverão ser entregues/iniciados em até 30 dias contados após a concretização da ordem de início dos serviços, sendo que os serviços descritos deverão ser entregues/desenvolvidos/configurados na Sede do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS, sito na Av.: Des. José Nunes da Cunha, s/nº , Bloco 29, Campo Grande - MS, CEP 79031-902, devidamente instaladas e configuradas.

3.2 Serviços de implantação, suporte técnico e consultoria;

3.2.1 Todas as soluções requeridas através do Termo de Referência deverão ser devidamente prestadas e entregues no ambiente de produção da CONTRATANTE.

3.2.2 Todas as configurações deverão ser efetuadas por analistas/técnicos devidamente certificados oficialmente pelo fabricante das soluções.

3.2.3 Após o início dos trabalhos, na fase inicial, a contratada deverá acompanhar durante no mínimo 15 dias a operação para resolução de eventuais problemas que poderão surgir.

3.2.4 A contratada deverá prestar serviços de suporte técnico preventivo/corretivo e de controle, durante a vigência do contrato, para as soluções fornecidas, através de técnicos devidamente certificados, tanto na modalidade de acesso remoto, bem como prestar os serviços de primeiro e segundo nível de atendimento necessários presencialmente na Sede da CONTRATANTE, durante o expediente do órgão, com no mínimo 03 colaboradores alocados, sob as expensas da CONTRATADA.

3.2.5 Os acordos de níveis de serviços (SLA) para os serviços de suporte técnico serão:

- a) Até 30 minutos para atendimento inicial após a abertura do chamado;
- b) Até 02 horas para resolução do problema detectado, tanto remotamente quanto presencialmente;
- c) Até 12 horas para troca de hardware por outro idêntico e de primeiro uso, compatível ou superior ao ofertado previamente, de mesmo fabricante;
- d) Em casos de força maior, por parte da CONTRATANTE, os tempos definidos neste termo poderão sofrer alterações para acréscimo de tempo;
- e) O suporte técnico deverá estar disponível em regime 24 X 7, sendo acessível através de no mínimo telefone 0800, e-mail ou ferramenta de abertura de chamados via web;
- f) O serviço de suporte técnico deverá ser prestado e gerido utilizando-se das bibliotecas / normativas internacionalmente reconhecidas, ITIL e ISO;
- g) Os produtos e soluções deverão contar, durante a vigência do contrato, com suporte técnico também do fabricante das soluções (quando o licitante não o for), em regime 24 X 7.

3.2.6 Como parte dos serviços de atendimento de suporte técnico presenciais na sede do órgão, a empresa CONTRATADA deverá prover ao seu colaborador uma estrutura de Centro de Operações de Rede (NOC), nas dependências da CONTRATANTE, para diagnosticar preventivamente e corretivamente problemas na solução fornecida e tomar as decisões de intervenção para a devida assistência técnica. O NOC, através de softwares e hardware específicos, será mantido pela CONTRATADA durante toda a vigência do contrato.

CLÁUSULA QUARTA– DO REAJUSTE

4.1 Em caso de prorrogação do contrato, os valores da contratação serão reajustados, respeitando para tanto a variação do ICTI acumulado nos últimos 12 meses.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1 A CONTRATADA deverá encaminhar ao Gestor do contrato, até o dia 30 de cada mês, Nota Fiscal/Fatura acompanhada de documentos que comprovem a regularidade fiscal perante a fazenda pública federal, estadual e municipal, bem como certidão negativa débitos trabalhistas, de regularidade do recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, bem como um relatório circunstanciado dessa prestação.

5.2 O pagamento será efetuado mediante depósito bancário até o dia 12 do mês seguinte ao recebimento definitivo dos serviços e itens que compõem o objeto do contrato, devendo a **CONTRATADA** informar o Banco, Agência e o número da conta corrente em nome da empresa que deverá ser efetuado o crédito.

5.3 Eventuais atrasos na apresentação de nota fiscal e demais documentos de regularidade da empresa implicam em prorrogação do prazo para pagamento.

5.4 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

5.4.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde EM= Encargos moratórios devidos; N=Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I= Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA:

6.1. O presente Contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, cabendo prorrogação, nos termos do Art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da assinatura do contrato, comprovante de garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo-lhe optar por uma das modalidades de garantia prevista no art. 56, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

7.2. A garantia será restituída automaticamente, ou por solicitação, no prazo de até 03 (três) meses contados do final da vigência do contrato ou da rescisão, em razão de outras hipóteses de extinção contratual previstas em lei, somente após comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas trabalhistas decorrentes da contratação.

7.3. Caso a CONTRATADA não efetive o cumprimento dessa obrigação até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual ou da rescisão, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela contratante.

7.4. Se eventualmente ocorrer a prorrogação da vigência do contrato, a CONTRATADA deverá, a cada celebração de termo aditivo, providenciar a devida renovação da garantia prestada, tomando-se por base o valor atualizado do contrato.

7.5. Nas hipóteses em que a garantia for utilizada total ou parcialmente – como para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir, ou ainda nos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal – a CONTRATADA deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, recompor o valor utilizado da garantia, sob pena de aplicação das penalidades prevista em lei.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

8.1. São obrigações da CONTRANTE (Tribunal de Contas):

- I – Cumprir os termos do presente contrato;
- II – realizar o pagamento nos prazos ajustados;
- III – permitir a execução dos serviços em suas instalações;
- IV – Acompanhar e fiscalizar os serviços
- V - Intervir no fornecimento/execução ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na lei n. 8.666/93;
- VI - Efetuar os pagamentos devidos à contratada pelo fornecimento de acordo com as disposições do presente contrato;
- VII - Enviar a contratada o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a nota fiscal de prestação de serviços;
- VIII - Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da lei n.8.666/93;
- IX - Disponibilizar acesso e autorização de trabalho aos ambientes para intervenção;
- X - Liberar os ambientes para intervenção após assinatura do contrato;



XII - Informar os responsáveis pelo atendimento no site fora do horário normal de funcionamento (entrada no site), no caso de atendimento emergencial da equipe volante;

XIII - Ter reservado o direito de não mais adquirir os produtos/objetos da contratada, caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na lei n. 8.666/93;

XIV - Acompanhar o fornecimento/execução e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar os em desacordo com os licitados, os quais deverão ser substituídos correndo as despesas oriundas destes por conta da contratada;

XV - Assegurar que a configuração do ambiente técnico de operação seja bem adaptada à utilização da solução.

8.2. São obrigações da CONTRATADA:

I - Guardar sigilo e não fazer uso das informações prestadas pelo TCE/MS;

II - Respeitar os regulamentos de disciplina e segurança do TCE/MS;

III - Cumprir com as normas de Segurança e Medicina no Trabalho durante a estadia nas instalações;

IV - Responsabilizar-se pela correção imediata dos problemas por ventura ocorridos por defeitos dos produtos fornecidos, assumir em caráter exclusivo, toda e qualquer responsabilidade de natureza civil, trabalhista ou previdenciária e respectivo ônus, tanto em relação a si, quanto ao pessoal eventualmente contratado para fornecimento do objeto do presente contrato;

V - Atender a todas as exigências deste contrato e executar todas as solicitações de substituição de produtos assumindo os ônus da reposição;

VI - Tratar com confidencialidade todas as informações e dados técnicos, administrativos e financeiros contidos nos documentos da contratante, guardando sigilo perante terceiros;

VII - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços objeto do presente instrumentos até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato observado as disposições do art. 65 da lei n. 8.666/93;

VIII - Emitir a nota fiscal fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela a contratante.

IX - Responder pelos danos causados diretamente a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

X - Indicar formalmente representante legal devidamente credenciado para representá-la durante a execução contratual.

XI - Manter durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

XII - Dispor ou fornecer aos seus empregados todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços;

XIII - Exigir que seus técnicos ou empregados se apresentem nas dependências do Tribunal devidamente identificados com uniformes;



XIV - substituir empregados da equipe de trabalho no caso de faltas, ausência legal ou férias, de modo a não prejudicar o bom andamento e execução dos serviços, garantindo que o cronograma de atividades não sofra paralisações;

XV - A presente cláusula não exclui outras obrigações e responsabilidades decorrentes da interpretação das normas e condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência.

XVI - Fornecer os produtos no prazo avençado e, em caso de pane ou qualquer outro problema com hardware ou software realizar imediatamente, às suas expensas, as substituições e/ou resoluções adequadas para que os serviços não sofram solução de continuidade;

XVII - Encaminhar ao TRIBUNAL as faturas e o relatório, sob pena de ser obrigado a abrir mão dos encargos moratórios.

XVIII - Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas por ocasião da licitação, durante todo o prazo de execução do presente contato e para o recebimento das faturas.

XIX - Serviços de implantação, suporte técnico e consultoria:

a) Todas as soluções requeridas através deste Termo de Referência deverão ser devidamente instaladas e configuradas no ambiente de produção da contratante.

b) Todas as configurações deverão ser efetuadas por analista/técnico devidamente certificado oficialmente pelo fabricante das soluções.

c) Após a instalação, configuração e colocação da solução em ambiente de produção, a contratada deverá acompanhar durante no mínimo 15 dias a operação para resolução de eventuais problemas que poderão surgir.

d) A contratada deverá prestar serviços de suporte técnico preventivo/corretivo e de controle, durante a vigência do contrato, para as soluções fornecidas para este Lote, através de técnicos devidamente certificados, tanto na modalidade de acesso remoto bem como, prestar os serviços de primeiro e segundo nível de atendimento necessários presencialmente na Sede da contratante, durante o expediente do órgão, com no mínimo 01 colaborador alocado, sob as expensas da Contratada.

e) Os acordos de níveis de serviços (SLA) para os serviços de suporte técnico serão:

f) Até 30 minutos para atendimento inicial após a abertura do chamado;

Até 02 horas para resolução do problema detectado, tanto remotamente quanto presencialmente;

g) Até 12 horas para troca de hardware por outro idêntico e de primeiro uso, compatível ou superior ao ofertado previamente, de mesmo fabricante;

h) Em casos de força maior, por parte da Contratante, os tempos definidos neste termo poderão sofrer alterações para acréscimo de tempo;

i) O suporte técnico deverá estar disponível em regime 24 X 7, sendo acessível através de no mínimo telefone 0800, e-mail e ferramenta de abertura de chamados via web;

j) O serviço de suporte técnico deverá ser prestado e gerido utilizando-se das bibliotecas / normativas internacionalmente reconhecidas, ITIL e ISO;
k) Os produtos e soluções deverão contar, durante a vigência do contrato, com suporte técnico também do fabricante das soluções (quando o licitante não o for), em regime 24 X 7

l) Como parte dos serviços de atendimento de suporte técnico presenciais na sede do órgão, a empresa a ser contratada deverá prover ao seu colaborador uma estrutura de Centro de Operações de Rede (NOC), onde, através de softwares específicos, deverão ser monitoradas em tempo real todas as soluções ofertadas neste certame e que proporcionarão à contratada se antecipar às necessidades de suporte técnico nas soluções.

m) A CONTRATADA deverá prover também, às suas expensas, todos os equipamentos/hardwares como computadores e televisores de tela grande em plasma/LCD/LED (limitado em até 04 unidades) para a melhor execução dos serviços.

8.3. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 É vedada a subcontratação do objeto.

9.2 É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO, DAS PENALIDADES E DOS VALORES DAS MULTAS:

10.1. A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução ou mora na execução, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso, havendo descumprimento do contrato e seus anexos, calculada sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10 % (dez por cento);

III. Multa de 5 % (cinco por cento), sobre o valor atualizado deste Contrato, cumulativa com as demais sanções, por infração a quaisquer outras de suas cláusulas.

IV. Suspensão temporária de licitar e contratar com o (Governo, Prefeitura, Entidade) pelo prazo de até 2 (anos) anos;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a **CONTRATANTE** pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

10.2. A critério da **CONTRATANTE**, as sanções previstas nos incisos "I", "IV" e "V" do item 11.1, desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com as previstas nos incisos "II" ou "III", facultada a defesa prévia da **CONTRATADA**,

no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3. Aplicar-se-á advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993.

10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.6. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação pela **CONTRATADA**.

10.7 O presente Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos art. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei n.º 8.666/93.

10.8 Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento dos serviços prestados pela **CONTRATADA**, nos termos do presente contrato e anexo, bem como extensão do disposto na Lei 8.666/93.

10.9. Em caso de cisão, incorporação ou fusão da **CONTRATADA**, caberá à **CONTRATANTE** decidir sobre a continuidade do presente Contrato.

10.10. A rescisão, por algum dos motivos previstos na Lei n.º 8.666/93, não dará à **CONTRATADA** direito à indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, com a exceção do que estabelece o art. 79, § 2º, da referida Lei.

10.11. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da **CONTRATANTE**, a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, limitada ao valor dos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, além das sanções previstas neste ajuste.

10.12. A totalidade das multas que vierem a ser aplicadas à **CONTRATADA**, durante toda a vigência do contrato, independentemente de qualquer natureza, são limitadas ao máximo de 10% (dez por cento) do valor global da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECONHECIMENTO DE DIREITOS:

11.1. A contratada reconhece os direitos da contratante, em caso de rescisão administrativa, previstos no Art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da **CONTRATANTE**, com a apresentação das devidas justificativas.

12.2 A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. O presente contrato, decorrente da modalidade de licitação “Pregão Presencial”, rege-se pelos termos da Lei nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93, vinculando-se ao Edital de Licitação e anexos, bem com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

13.2. Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666/1993, Art. 55, na Lei n. 10.520/02 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA IDONIEDADE DA CONTRATAÇÃO:

14.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas e permanecer quite perante os fiscos municipal, estadual e federal, bem como perante as justiças Estaduais, Federais e Trabalhistas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A gestão e fiscalização contratual ficarão sob responsabilidade dos servidores nomeados pelo Presidente desta Corte de Contas através de portaria publicada no diário oficial eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Campo Grande, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma.

CAMPO GRANDE-MS, 5 de abril de 2022

IRAN COELHO DAS NEVES
Presidente do TCE/MS

DOUGLAS AVEDIKIAN
Testemunha 1

**TECH SOLUTIONS SOLUÇÕES EM
GESTÃO E TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO LTDA**

ARIENE REZENDE DO CARMO CASTRO
Testemunha 2

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://df.tce.ms.gov.br/docflow/digitalSignChecker.jsf> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: ZSNF-PKF2-3CWV-C8R6



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/04/2022 é(são) :

- ARIENE REZENDE DO CARMO CASTRO - 05/04/2022 13:05:28 (Certificado Digital)
- DOUGLAS AVEDIKIAN - 05/04/2022 12:28:13 (Certificado Digital)
- IRAN COELHO DAS NEVES - 05/04/2022 11:27:54 (Certificado Digital)
- Valdomiro Dalberto Junior - 06/04/2022 08:38:42 (Certificado Digital)

PROCESSO TC-ARP/0292/2022
PROCESSO TC-AD/0282/2023
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2022

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n. 006/2022, que fazem o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e a empresa **TECH SOLUTIONS SOLUÇÕES EM GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.**

CONTRATANTE: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – TCE/MS, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob o número 15.424.948/0001-41, com sede na Rua Des. José Nunes da Cunha Bloco 29 - Parque dos Poderes – CEP 79.031-902, Campo Grande/MS, representado pelo seu Presidente Conselheiro **Jerson Domingos**.

CONTRATADA: TECH SOLUTIONS SOLUÇÕES EM GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado registrada sob o CNPJ: 10.517.288/0001-20, SRTV Sul – Quadra 701 – Bloco O – Ed. Multiempresarial, sala 805 Asa Sul, Brasília – DF CEP: 70.340-000, neste ato representada por meio de seu representante legal, Sr. **Valdomiro Dalberto Junior**, brasileiro, casado, empresário, RG nº 10.133.266 – X SSP/SP, CPF nº 060.203.008-03, endereço do domicílio à Rua Martins Pena nº 295 apt. 54 Taubaté-SP, CEP: 03.066-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 -O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do contrato n.º 006/2022.

1.2 Reajuste financeiro através do ICTI acumulado dos últimos 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 – O valor global deste contrato é de R\$ 7.165.551,89 (Sete milhões cento e sessenta e cinco mil e quinhentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MÉTRICA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
------	-------------------	---------	---------	------------	----------------	-------



TRIBUNAL DE CONTAS
Estado de Mato Grosso do Sul

1	Serviço técnico especializado em prevenir e detectar irregularidades - fraude, abusos e desperdícios e conformidade de prestação de contas - com a utilização de ciência de dados: modelagem estatística preditiva, técnicas de machine learning, mineração de texto, análise de sentimento e inteligência artificial.	UST	UNIDADE	74.143 UST	R\$ 61,05	R\$ 4.526.630,34
2	Serviço técnico especializado para organização, preparação e tratamento de dados estruturados e/ou não estruturados, desenvolvimento de algoritmos para o combate à fraude.	UST	UNIDADE	6.447 UST	R\$ 61,05	R\$ 393.606,76
3	Gestão e Suporte à solução de combate à Fraude	UST	UNIDADE	3.351 UST	R\$ 61,05	R\$ 204.587,60
4	Serviços de instalação e avaliação de ambiente tecnológico. Atendimento Remoto pelo Fabricante.	UST	UNIDADE	8.661 UST	R\$ 61,05	R\$ 528.777,43
5	Serviços de capacitação: repasse tecnológico na solução, transferência de conhecimento em ciência de dados aplicado a fraude, e disseminação de resultados e sua aplicabilidade nas áreas usuárias. Treinamento Oficial SAS.	UST	UNIDADE	5.955 UST	R\$ 61,05	R\$ 363.568,83
6	Serviço de suporte técnico com garantia de atualização de versão por 12 meses.	CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO	ITEM	16 CORES (NÚCLEOS)	R\$ 1.148.380,94	R\$ 1.148.380,94
						R\$ 7.165.551,89

CLAUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:

O presente termo aditivo terá duração de 12 (doze) meses, iniciando em 06.04.2023 e finalizando em 06.04.2024, nos termos do art. 57, inc. II da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante notificação a outra, por escrito, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, sem custo, nos termos do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

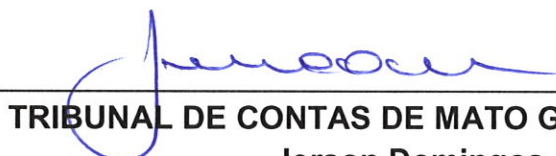
Unidade Orçamentária	3101
Funcional Programática	10.03101.01.032.0002.2011.0001
Fonte de recursos	1500
Natureza da Despesa	3.3.90.40.79
Descrição da Despesa	Serviço de Suporte a Usuário e de Infraestrutura de TIC

CLAUSULA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

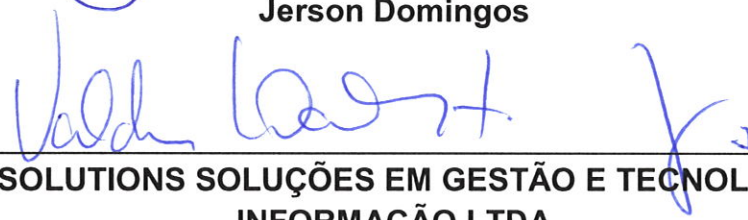
O presente Termo Aditivo encontra seu amparo legal no artigo 40, inciso XI, artigo 57, II e artigo 79 da lei 8.666/93.

E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma.

Campo Grande – MS, 04 de abril de 2023.

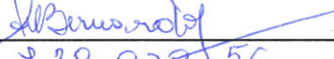
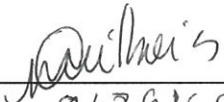


TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO DO SUL
Jerson Domingos



TECH SOLUTIONS SOLUÇÕES EM GESTÃO E TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO LTDA
Valdomiro Dalberto Junior

TESTEMUNHAS:

Ass.:  Ass.: 
CPF: 044.728.838-56 CPF: 968986901-91



TRIBUNAL DE CONTAS
Estado de Mato Grosso do Sul

PROCESSO TC-ADM/0807/2023

PROCESSO TC-ARP/0292/2022

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2022

**TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL
DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
006/2022, CELEBRADO ENTRE O
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL –
TCE/MS, E A EMPRESA TECH
SOLUTIONS SOLUÇÕES EM
GESTÃO E TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO LTDA.**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda, sob o número 15.424.948/0001-41, com sede na Rua Des. José Nunes da Cunha Bloco 29 - Parque dos Poderes – CEP 79.031-902, Campo Grande/MS, representado pelo seu Presidente, Conselheiro Jerson Domingos, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **TECH SOLUTIONS SOLUÇÕES EM GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 10.517.288/0001-20, com sede na Rua SRTV Sul – Quadra 701 – Bloco O – Ed. Multiempresarial, sala 805 Asa Sul, Brasília – DF CEP: 70.340-000, representada por seu sócio proprietário, **Sr. Valdomiro Dalberto Junior**, brasileiro, casado, empresário, RG n. 10.133.266 – X SSP/SP, CPF n. 060.203.008-03, e neste ato denominado simplesmente **CONTRATADA** tendo em vista o que consta no Processo n. TC-ADM/0807/2023 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente **TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL** ao Contrato Administrativo nº 006/2022, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo é a Rescisão Amigável do Contrato Administrativo n. 006/2022, por acordo entre as partes e considerada a conveniência e oportunidade da Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O Contrato está sendo rescindido amigavelmente, de acordo com o inciso II do art. 79 da Lei nº 8.666/93 e previsão constante na parte final da Cláusula 10.7 do contrato originário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Fica a CONTRATADA exonerada da garantia de execução contratual disposta na Cláusula Sétima do contrato originário, podendo, com o presente Termo de Rescisão, requerer a sua baixa e consequente devolução da garantia registrada na Apólice nº 1007507035757, emitida pela JNS Seguradora S.A.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO DE VALORES REMANESCENTES

Fica estipulado o pagamento acaso haja saldo devedor por serviços eventualmente prestados até a data da assinatura do presente Termo de Rescisão Amigável, observadas as regras de pagamento e recebimento estipuladas na Cláusula Quinta do contrato originário, bem como as demais regras exigíveis para essa finalidade, operando-se compulsoriamente a plena quitação após o efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA, conforme Cláusula Décima Primeira do contrato originário, reconhece os direitos da CONTRATANTE, porquanto atenderá a todas as solicitações para que seja realizada eventual transição.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO



O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo de Rescisão, por extrato, que será publicado no Diário Oficial do TCE/MS, nos termos do Parágrafo Único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993 e alterações, até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Campo Grande, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente Termo de Rescisão em duas vias de igual teor e forma.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

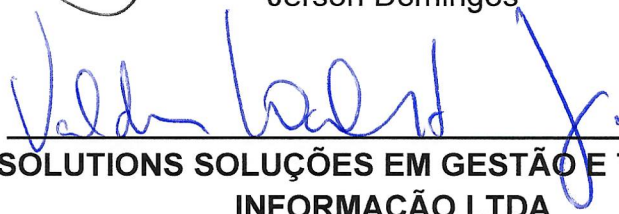
A presente rescisão se aplica ao contrato originário e a todo(s) o(s) termo(s) aditivo(s) pactuado(s).

Campo Grande - MS, 20 de julho de 2023.



TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO DO SUL

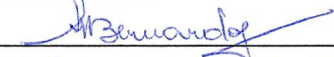
Jerson Domingos



**TECH SOLUTIONS SOLUÇÕES EM GESTÃO E TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO LTDA**

Valdomiro Dalberto Junior

TESTEMUNHAS:

Ass.: 	Ass.: _____
Nome: <u>Mônica C. de S. B. Dalberto</u>	Nome: _____
CPF: <u>044.728.838-56</u>	CPF: _____